



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC 01360/05

Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Ato de Pessoal. Aposentadoria Voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais. Verificação de cumprimento da Resolução RC1 TC 00131/2016. Resolução cumprida. *Concessão de registro.*

**ACÓRDÃO AC1 TC 02333/2018**

RELATÓRIO

Trata o presente processo de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais, concedida ao servidor Martinho Carneiro Bastos, ex-ocupante do cargo de Defensor Público de 3ª Entrância, matrícula nº 72.505-6, baixado por ato do Defensor Público Geral, em 07 de novembro de 2003, tendo por fundamentação o art. 8º, § 1º, I, II e III, “a” e “b”, da EC 20/98.

A 1ª Câmara deste Tribunal, em 18/08/2016, através da Resolução RC1 TC 00131/2016, assim decidiu:

1. **Assine o prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da publicação da presente resolução, sob pena de aplicação de multa, em caso de descumprimento, nos termos da Lei Orgânica deste Tribunal, art. 56, inciso VIII ao Sr. **Vanildo Oliveira Brito**, Defensor Público Geral do Estado da Paraíba, para que retifique o ato de aposentadoria descrito à fl. 41, passando a fundamentá-lo no art. 8º, incisos I, II e III, “a” e “b”, da EC 20/98, publique e envie cópias do ato e de sua publicação a esta Corte de Contas;
2. **Comunique** ao Sr. **Yuri Simpson Lobato**, atual Presidente da PBprev, acerca do presente processo, no sentido de posterior convalidação e publicação do ato de retificação da aposentadoria do Sr. Martinho Carneiro Bastos, enviando as cópias do novo ato e de sua publicação a esta Corte de Contas.

A Defensoria Pública veio aos autos apresentando a cópia da publicação do ato concessório do benefício, às fls. 100. Às fls. 107 consta cópia do ato retificado pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

Às fls. 113/114, consta a cópia do ato editado pela PBprev e sua publicação no Diário Oficial do Estado, convalidando o ato retificado pela Defensoria Pública, conforme sugerido no último relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC 01360/05

Em relatório de fls. 126/127 a Auditoria entendeu que foram sanadas as irregularidades, merecendo o ato de fls. 113 o competente registro.

Os autos não tramitaram junto ao Ministério Público Especial, no aguardo de parecer oral.

É o relatório, informando que foi dispensada a notificação de praxe para a sessão.

VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR

Assim, considerando que foi cumprida a determinação deste Tribunal, voto no sentido de que esta Câmara, com fulcro no art. 71, III da Constituição Estadual<sup>1</sup>:

- 1) Declare o cumprimento da Resolução RC1 TC 00131/2016;
- 2) Conceda registro ao ato de fls. 113.

É o voto.

DECISÃO DA 1ª CÂMARA

*OS MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta dos autos do processo TC nº 01340/05 que trata de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais, concedida ao servidor Martinho Carneiro Bastos, ex-ocupante do cargo de Defensor Público de 3ª Entrância, matrícula nº 72.505-6, baixado por ato do Defensor Público Geral, em 07 de novembro de 2003, tendo por fundamentação o art. 8º, § 1º, I, II e III, “a” e “b”, da EC 20/98;

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, ACORDAM em:

---

<sup>1</sup> Constituição Estadual. Art. 71:  
(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC 01360/05

- 1) Declarar o cumprimento da Resolução RC1 TC 00131/2016;
- 2) Conceder registro ao ato de fls. 113.

*Publique-se e cumpra-se  
Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.*

João Pessoa, 25 de outubro de 2018.

Assinado 6 de Novembro de 2018 às 06:26



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 7 de Novembro de 2018 às 08:28



**Manoel Antonio dos Santos Neto**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO